



“DEVOLVAM MEUS DIREITOS”: O GOVERNO BOLSONARO E O RETROCESSO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS COM ENFOQUE DE GÊNERO.

Ozileide Matos Moreira ¹

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre a categoria geográfica de território, que se tornou objeto das políticas de Planejamento Territorial no Brasil nos anos 2010. Para a construção do trabalho, utilizou-se de análise bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O recorte escolhido foi o território de Cidadania do Pontal do Paranapanema, mais precisamente nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana, onde se busca analisar a função das políticas públicas e a atuação das mulheres em prol da equidade de gênero. Foram observados avanços para o desenvolvimento dos territórios rurais, com inclusão da perspectiva de gênero durante os governos do PT (2003-2016), enquanto na gestão atual de Jair Bolsonaro (Sem partido), essa pauta é secundária. Observou-se a partir das leituras realizadas e dos resultados obtidos com as entrevistas, que as políticas públicas incentivadas pelos programas de desenvolvimento territorial favoreceram a melhoria da qualidade de vida das mulheres e, conseqüentemente, o desenvolvimento local por meio da sua atuação na vida pública e política. Verifica-se também, que vivenciamos uma crise na perspectiva do desenvolvimento territorial, a partir da extinção de ministérios e desmonte de políticas públicas e estruturas de participação social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Protagonismo, Mulheres, Bolsonaro, Políticas Públicas.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una descripción general de la categoría geográfica del territorio, que se convirtió en el objeto de las políticas de Ordenamiento Territorial en Brasil en 2010. Para la construcción del trabajo se utilizó el análisis bibliográfico y documental y la investigación de campo. El tramo elegido fue el Territorio de Ciudadanía de Pontal do Paranapanema, más precisamente en los municipios de Mirante do Paranapanema y Rosana, donde se busca analizar el papel de las políticas públicas y el papel de las mujeres a favor de la igualdad de género. Se observaron avances en el desarrollo de los territorios rurales, con la inclusión de una perspectiva de género durante los gobiernos del PT (2003-2016), mientras que en la actual administración de Jair Bolsonaro (Sin partido) esta agenda es secundaria. Se observó a partir de las lecturas realizadas y los resultados obtenidos de las entrevistas, que las políticas públicas impulsadas por los programas de desarrollo territorial favorecieron la mejora de la calidad de vida de las mujeres y, en consecuencia, el desarrollo local a través de su desempeño en la vida pública y política. También se comprueba que estamos viviendo una crisis en la perspectiva del desarrollo territorial, desde la extinción de ministerios y el desmantelamiento de políticas públicas y estructuras de participación social.

Palabras clave: Desarrollo Territorial, Protagonismo, Mujeres, Bolsonaro, Políticas Públicas.

¹ Geógrafa, mestra em Planejamento Territorial – PLANTERR/UEFS e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, ozileidem@gmail.com;



INTRODUÇÃO

Nunca foi tão necessário falar de igualdade e direitos, pois estamos vivenciando um período de recessão política, social e econômica. Chegamos a essa realidade por estar em vigor no país um governo autoritário e ineficiente diante da liberdade democrática e de questões mais urgentes, como a gestão do país em meio a uma pandemia de Sars-CoV-2. O que desponta em meio a essa crise mal gerida é o fato de que são as mulheres que acabam sentindo seus maiores efeitos. Nesse contexto de queda acentuada do poder de compra e dos grandes índices de desemprego, elas se tornam responsáveis por garantir os cuidados de saúde, segurança, alimentação, entre outros. E essas são apenas algumas das consequências do isolamento social necessário para o controle da pandemia.

Uma importante ferramenta para a equiparação de desigualdades são as políticas com enfoque no planejamento regional, que visam inserir as diferentes dimensões – social, econômica, regional, ambiental e democrática, como parte importante a ser considerada para a organização socioespacial. Essas políticas trouxeram, no cenário nacional, a discussão do conceito de território como uma nova escala de governança, planejamento e intervenção estatal. Para que esse processo seja incluyente, é necessário a adoção da abordagem do desenvolvimento territorial, em virtude das ações e programas do Estado que integram as políticas de cunho social nos espaços rurais.

Essa análise se faz necessária ao se observar uma grande diversidade de recortes territoriais existentes no Brasil, o que é um fator complicador para o estabelecimento de uma política nacional para a consolidação da territorialização das políticas públicas. Existe uma diversidade territorial em que indígenas, quilombolas, sem-terra, produtores agrícolas, mineradores, pecuaristas e latifundiários dividem-se em grupos que lutam por porções desse território como consequência das disputas por poder e por recursos, tanto no âmbito das instituições federais, como entre instâncias federais, estaduais e municipais de governo.

Na gestão atual do governo federal, há um prejuízo imensurável no tocante às políticas públicas para as mulheres, em decorrência do corte de recursos humanos e financeiros relacionados ao acolhimento, atendimento e campanhas para educação e autonomia financeira dessa parcela da população. Existe também, implícito e explicitamente, um discurso de tolerância às violências, entre elas, contra as mulheres.



Este texto pretende, entre os seus objetivos, apresentar um panorama sobre a categoria de análise território para a Geografia, no intuito de entender sua multiplicidade dimensional e as conexões que permitem sua apropriação pelo Estado como um instrumento operacional para o planejamento de políticas públicas. Fazemos essa abordagem sem nenhuma pretensão de esgotar a discussão sobre esse conceito.

Outro ponto a ser abordado refere-se aos desafios da abordagem territorial para o planejamento e os programas de desenvolvimento regional. O foco principal está nas áreas rurais, onde o território se torna escala de atuação do Estado a partir de recortes, conforme características específicas. Uma terceira finalidade é dialogar com a abordagem sobre os territórios de poder e gênero pelo viés de liderança, protagonismo e participação social.

A ideia é fazer um comparativo com a realidade dos territórios rurais, em uma tentativa de analisar os processos de construção e desconstrução das políticas públicas para mulheres no governo federal, em especial no primeiro recorte, dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010) e de Dilma Rousseff (PT, 2010- 2016) e no segundo, na gestão atual de Jair Bolsonaro (Sem Partido - 2019-2022).

No Brasil, entre o período dos anos 1980 ao início dos anos 2000, a ênfase do Estado em relação às mulheres, esteve voltada para aspectos biopolíticos, de saúde e segurança. A partir do governo Lula, houve ampliação das políticas públicas, com atenção inédita direcionada a questões relacionadas à cidadania, aspecto de nosso interesse de análise.

Desde 2019, primeiro ano do Governo de Jair Bolsonaro, foram aprovados muitos projetos de leis referentes às pautas das mulheres. No entanto, eles não representaram avanços, pois as questões inseridas nos projetos não dialogam com o cotidiano enfrentado pela população feminina, tratando-se apenas de uma nova gama burocrática, sem ganhos efetivos aos direitos e melhorias nas condições de vida das mulheres.

O combate à violência contra as mulheres foi uma das principais conquistas dos movimentos em todo o país, pois salva centenas de vidas diariamente. A luta em defesa de suas vidas precisa se fortalecer e pode-se dizer que recomeçar, pois a participação feminina em movimentos sociais é um diferencial eficiente no levante de demandas e alcance de direitos. E os retrocessos são inaceitáveis.

Nos governos anteriores, em que houve investimentos e planejamento em função de políticas para o desenvolvimento territorial, as mulheres eram mediadoras ativas nesse



processo e, em muitos casos, lideranças decisivas no processo de interlocução entre poder público e movimentos da sociedade civil. No caso das mulheres rurais, há a necessidade de uma participação social ativa para a manutenção e retomada de direitos que finalmente as incluíram nos processos decisórios para o desenvolvimento dos territórios rurais.

As políticas públicas voltadas para a atender as demandas das mulheres apresentam-se como uma tentativa de superação de uma sociedade marcadamente machista e patriarcal, e visam conceder benefícios sociais e direitos a determinados grupos marcadamente negligenciados, como é o caso das mulheres rurais.

O que se observa, em alguns casos, é que essa desatenção se deu pelo fato de muitas delas não atenderem a critérios específicos, estipulados pelas próprias políticas, já que há uma diversidade de movimentos de mulheres distribuídos em todas as regiões do país e que para cada um desses grupos existem demandas específicas.

O que mais preocupa nesse contexto de desmonte de políticas públicas é o fato de que essas ações são recentes, considerando essa abordagem de atenção às mulheres, especificamente daquelas que exercem atividades agropecuárias no país. É papel fundamental das políticas públicas estabelecerem programas de ações universalizantes, que permitam resguardar e incorporar cada vez mais as conquistas sociais dos grupos menos favorecidos, já que essa é uma das poucas possibilidades de reversão social em função de minimizar as desigualdades. É papel do Estado fazer a gestão dos territórios e das políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento regional e social nos múltiplos territórios do país, seja ele no meio urbano ou rural.

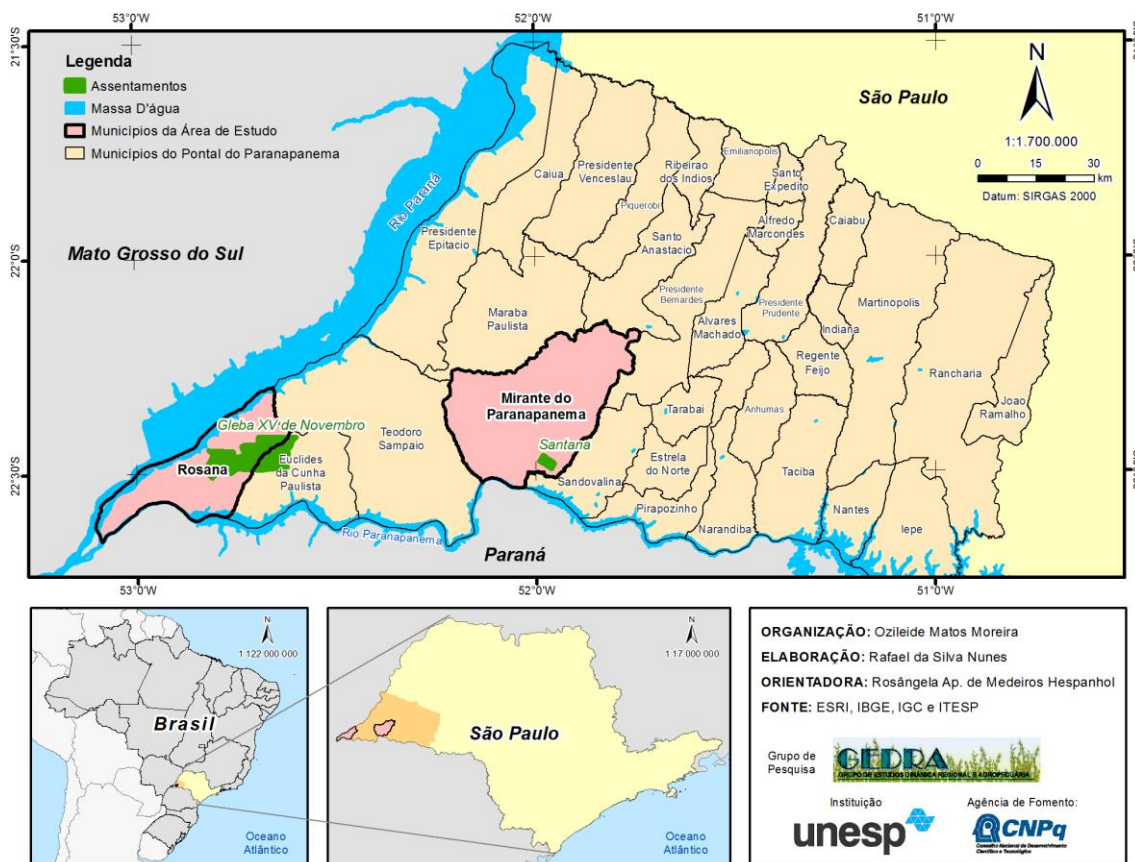
METODOLOGIA

Esse trabalho foi construído com uma base qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com abordagem direcionada à política territorial como ferramenta para a equiparação de desigualdades socioespaciais, a partir de políticas públicas direcionadas para o planejamento regional e das categorias de análise: território, gênero, políticas públicas e desenvolvimento territorial.

Essa análise foi construída a partir da espacialização do objeto de pesquisa, que nesse caso, constitui-se também em sujeito, a mulher como liderança. O recorte escolhido é o do território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo e as mulheres com o perfil alcançado na pesquisa estão localizadas nos assentamentos Santa Ana, em Mirante do Paranapanema, e Gleba XV de Novembro, em Rosana (mapa 1).



Mapa 1. Localização da área de estudo no Pontal do Paranapanema – São Paulo.



Apesar das limitações impostas pelo distanciamento ocasionado pela pandemia da COVID-19, os dados que utilizamos para produzir nossas reflexões foram adquiridos a partir de fontes primárias, por meio de alguns contatos realizados em trabalho de campo, que aconteceu após a vacinação e a flexibilização das restrições de contato. O trabalho de campo foi realizado para a pesquisa em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), intitulada “Políticas Públicas para mulheres rurais e desenvolvimento local no município de Mirante do Paranapanema – SP”². Outras informações são oriundas de fontes secundárias, a partir de pesquisas anteriores, outros trabalhos acadêmicos, reportagens e publicações oficiais do Governo Federal, além de documentos de domínio público.

As informações de fonte primária foram coletadas a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado em cinco mulheres, cujas respostas foram gravadas em áudio. Considerando o contexto do distanciamento social, imposto como medida para

² A pesquisa e construção da tese estão em andamento e possuem financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



conter a Pandemia do Covid – 19, o acesso a essas mulheres e a execução das entrevistas foi um processo complexo. De início houve a tentativa de realização das entrevistas de maneira remota, mas apesar da aproximação e da manutenção do contato via celular, majoritariamente pelo *WhatsApp*, a maioria delas não tinha possibilidade de acessar outra plataforma como o *google meet* e/ou não possuía rede de dados de internet que sustentasse uma chamada de vídeo.

Com o avanço da vacinação, em julho de 2021, foi possível realizar a primeira entrevista presencial, em Presidente Prudente (SP), que seguiu todas as normas de higienização e distanciamento. Outras três entrevistas presenciais aconteceram no mês de agosto, uma em Mirante do Paranapanema, e outras duas em Rosana. A quinta entrevista aconteceu por vídeo conferência, via *google meet*, ainda no mês de agosto. Os perfis dessas entrevistadas estão sintetizados no (quadro 1, abaixo) e em todos os dados divulgados da pesquisa, seus nomes foram substituídos pelos primeiros nomes de mulheres protagonistas da literatura, da história e até mesmo da mitologia grega, como Angela Davis, Bertha Lutz e Helena de Tróia. Essa escolha se dá com a finalidade poética de demonstrar protagonismo.

Quadro 1. Perfil geral das entrevistadas no Pontal do Paranapanema (SP).

Entrevistadas do Pontal do Paranapanema 2021									
N°	Nome	Idade	Escolaridade	Profissão/Ocupação	Renda Familiar	Naturalidade	Residente	N° integrantes grupo familiar	Data da Entrevista
1	Rosa	67	Superior	Ass. Social	2 SM	Adamantina (SP)	Presidente Prudente	01	16/07/2021
2	Helena	56	Ens. Médio	Agricultora	2 SM	Jardim Olinda (PR)	Mirante do Paranapanema	03	13/08/2021
3	Ângela	61	Ens. Médio	Agricultora	+3 SM	Mirante do Paranapanema (SP)	Rosana	03	13/08/2021
4	Simone	52	Ens. Médio	Agricultora	- 1 SM	Cuiabá Paulista (SP)	Rosana	04	13/08/2021
5	Bertha	48	Ens. Médio	Agricultora	2 SM	Enéas Marques (PR)	Rosana	04	25/08/2021

Organização: Ozileide Matos Moreira, 2021.

A primeira entrevistada foi a assistente social do Itesp, *Rosa*, cuja atuação desde o início, no projeto de assentamento das famílias acampadas na região, em meados de 1990, a qualifica a ser nossa primeira fonte de informação em relação às outras mulheres que se destacaram na região na luta por direitos. As outras quatro mulheres são assentadas, reconhecidas como lideranças e envolvidas na busca por direitos e melhorias nas condições de vida nos assentamentos.

Uma dessas mulheres é *Dona Angela*, agricultora familiar, vinda de uma família de “boias-frias”, liderança importante, orientou a organização de outras mulheres e fundou junto com elas a OMUS - Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana – SP. Outra mulher atuante na vida pública e política na localidade onde vive, no assentamento Santa Ana, no município



de Mirante do Paranapanema, é Helena, liderança a frente da AMAS, sediada no assentamento Haroldina, localização estratégica para o conjunto de serviços comunitários de educação e saúde que atende a população de todos os assentamentos no entorno.

Quem também foi apontada como uma liderança que se destaca por sua atuação em prol das mulheres, especialmente as trabalhadoras rurais assentadas, no seu município foi *Bertha*, também assentada do “Gleba XV”. Ela apresenta uma história de força e engajamento social, filha de acampados, tem orgulho de ter vivenciado a conquista do lote pelos pais e de depois ter adquirido seu próprio lote, junto com o companheiro. *Simone* é outra dessas mulheres engajadas na luta por melhorias nas condições de vida das mulheres no campo, influenciada pelas ações da irmã, *Dona Angela*, ela encontrou na participação social um meio de alcançar direitos e hoje atua como tesoureira junto a OMUS, associação que ajudou a fundar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para se compreender a abordagem na qual a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada a conjuntura de território é preciso divagar, mesmo que superficialmente, sobre algumas concepções desse conceito, que é frequentemente utilizado nas ciências sociais por meio de um arcabouço analítico e conceitual diversificado, muitas vezes colidente, ou mesmo, contraditório.

No intuito de construir um embasamento teórico mais aprofundado, realizamos uma análise conceitual em direção ao cerne do conceito, com algumas leituras do alemão Friedrich Ratzel³, cuja *Geografia Política*, sua principal obra, foi publicada originalmente em 1897. Outro autor que traz contribuições importantes para pensarmos o território é Claude Raffestin, que é o autor que mais nos aproxima da base conceitual que analisamos. O aprofundamento do conceito por tantos autores diferentes só demonstra a multidimensionalidade do território.

A abordagem do desenvolvimento com base local emerge nos países europeus como uma tentativa de incorporar o componente espacial, buscando assim superar a dicotomia entre o urbano e o rural e sua incapacidade de explicar as dinâmicas que ocorrem nesses territórios (SARETTA, 2003). Nesse trabalho, quem fundamenta a discussão são autores entre os quais estão: Schneider (2004) e Hespanhol (2010). Sobre

³ *Geografia Política*, sua principal obra, foi publicada originalmente em 1897.



empoderamento e liderança feminina dialogamos com Gonçalves (2007). Esses autores não limitam à discussão, e sim, abrem outras possibilidades para o debate, com a finalidade de analisar a teoria e a realidade de modo mais coerente.

Fazer uma junção teórica entre a dinâmica de planejamento territorial, desenvolvimento local e questões de gênero, pelo viés de políticas públicas, e fazendo um comparativo da abordagem política do tema por dois modelos de gestão Federal tão divergentes não é uma tarefa simples, e provavelmente abrirá mais questões. No entanto, a finalidade é trazer esse assunto à tona para o meio acadêmico, seus domínios, no intuito de contribuir para um debate que possibilite a construção de uma democracia incluyente nesse país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categoria território pra se compreender a multiplicidade regional.

A partir das apreensões sobre território nos aproximamos da lógica de Claude Raffestin (1993). Para ele, o próprio uso e a transformação dos recursos naturais no território se configuram como objetos de disputa, e seu controle configura-se em instrumento de poder, o que ressalta a consideração da natureza como um dos elementos presentes no território. Esse autor toca em pontos conceituais delicados para a ciência geográfica, como a definição da relação ou dissociação entre as categorias espaço e território.

A partir da definição de Raffestin (1993), é possível entender que está implícito no território uma disputa por relações de poder e dominação entre os atores que transformam um determinado espaço através do trabalho. O resultado desta disputa de poder nas relações sociais define a identidade de um espaço determinado ou onde há limites geográficos estabelecidos. Desse modo, o território surge de um processo de construção social que analisamos na perspectiva política e do gênero binário.

A ação coletiva desenvolvida no território, manifestada no conjunto das relações materiais e imateriais concebidas neste, pode ser compreendida como territorialidade e reflete o caráter multidimensional do vivido, é uma projeção da nossa própria identidade no território, da identidade de uma entidade ou organização social; as dinâmicas sociais, as redes sociais, políticas e solidárias estabelecidas são formas de exercer territorialidade.

A abordagem territorial para o desenvolvimento regional.



É forte a concepção de que o Estado nacional é o principal responsável pelo processo de ordenamento territorial. Por essa compreensão, o território é uma unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretendem construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública, capaz de criar ou estimular oportunidades para o desenvolvimento de processos econômicos, sociais e políticos, coletivamente julgados como adequados ao desenvolvimento do território (DELGADO *et all*, 2007).

O que ocorreu no Brasil foi que as várias transformações socioeconômicas decorrentes do processo de reestruturação econômica e institucional, aprofundadas nas últimas décadas, impulsionaram a necessidade de pensar novas formas de abordagens analíticas e novos enfoques para definir o desenvolvimento, especialmente nos territórios rurais, com vistas à erradicação da pobreza rural, ao protagonismo dos atores sociais e sua participação política, e tendo o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental. (SCHNEIDER, 2004).

A partir daí, ocorre também a redefinição do papel das instituições, ao mesmo tempo em que cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, que nesse caso, é representado pelas prefeituras locais e pelos atores da sociedade civil. O desafio em questão é acionar e tornar efetivas as relações entre o Estado central com esses organismos locais. Para isso, foi necessário construir uma nova unidade de referência, que passou a ser o território. As ações decorrentes desse deslocamento foram denominadas desenvolvimento territorial.

Os investimentos para o desenvolvimento dos territórios rurais eram uma forma de concentrar os recursos de caráter intermunicipal nesses territórios, que apresentavam condições socioeconômicas mais desfavoráveis (HESPANHOL, 2010). Para facilitar as ações sobre esses espaços, uma das estratégias do Estado foi trabalhar ações com enfoque territorial, priorizando a geração de políticas públicas com atenção especial para o desenvolvimento rural.

A execução do processo de estruturação das novas políticas do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA propôs denominações como: territórios rurais, de cidadania e de identidade, nomenclaturas que carregam consigo características identitárias das comunidades inseridas nessas localidades e a relação destas com a sociedade civil e com o poder público para a condução de políticas territoriais. (MOREIRA, 2017).



O processo de fortalecimento das organizações sociais rurais está diretamente ligado ao reconhecimento das dinâmicas socioespaciais. No estado de São Paulo, a política territorial adotada foi a do Programa Territórios de Cidadania (PTC), cuja proposta era a de fomentar políticas de desenvolvimento territorial com um viés multiescalar, por meio de ações setoriais e também com enfoque participativo. Dentro dessa nomenclatura está o Território de Cidadania do Pontal do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado.

Conforme apresenta Hespanhol (2010), as estratégias políticas adotadas pelo governo federal nos anos de 2010 visavam direcionar, por intermédio dos Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, ações voltadas ao apoio e ao desenvolvimento de zonas rurais pobres. Para essa finalidade, foram alocados naquele período mais de 20 bilhões de reais anuais para o financiamento de ações que objetivavam combater a pobreza e estimular a inserção produtiva dos moradores das áreas rurais em situação social e econômica desfavoráveis.

Para se constituírem como territórios inseridos na política de desenvolvimento territorial, foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais, que tivessem identidade e coesão social, cultural e geográfica. Esses recortes territoriais são maiores que o município e menores que o estado, e conseguem demonstrar, com certa visibilidade, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (BRASIL, 2008, *site MDA*)⁴.

Nesses territórios é a identidade que orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento na busca do bem estar da comunidade, que se expressa como territorialidade através dos sentimentos políticos à energia social e a vontade coletiva nas suas mais diversas manifestações.

Territórios de poder e gênero: liderança, protagonismo e participação social.

Os territórios são constituídos a partir de relações de poder diante da apropriação do espaço por uma ação conduzida. Ao se apropriar ou ocupar um espaço concreto ou abstratamente, o ator/atriz o territorializa. O território é também um espaço onde se

⁴ <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>.



projeta o trabalho, seja energia ou informação, e onde se revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993), como é o caso das relações de gênero.

Pensar em territórios de poder a partir do viés de gênero é considerar que os espaços, especialmente os espaços públicos, considerados como locais de poder e fala, são restritos ao papel de provedor, construído e mantido pelo patriarcado⁵ como símbolo de dominação e controle. Nessa lógica, pode-se observar que, apesar de mudanças sociais e das conquistas obtidas pelos movimentos feministas, ainda não se constitui como realidade a igualdade e a oportunidade de direitos entre os sexos, bem como não se mostra notadamente documentada a participação feminina em todos os espaços sociais em que se fazem presentes e com destacada atuação.

A partir de uma constante quebra de paradigmas, a mulher foi alcançando espaços e aumentando sua participação no mercado de trabalho formal, passando a ocupar espaços de liderança em empresas, em espaços políticos partidários e nos movimentos sociais. No entanto, a ascensão da mulher em posições de liderança é lenta, tendo em vista que ainda é uma realidade a existência de discriminação e preconceito aos estereótipos socialmente atribuídos às mulheres, as quais teriam menor aceitação para postos de comando.

As restrições à participação vivenciadas pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizaram, mas as despertaram para criar outras formas de inserção (GONÇALVES, 2007). Isso aconteceu através do voluntariado, do sindicalismo e da militância em movimentos sociais, meios encontrados por muitas delas para superar algumas lacunas da sociedade, mobilizando as companheiras de luta para demandar providências do poder estatal e alcançar caminhos para que elas mesmas pudessem ocupar esses espaços.

As escalas são de diferentes dimensões, desde o âmbito doméstico até as autarquias de poder político, jurídico e administrativo do país. O espaço rural possui ainda mais entraves nessa dinâmica, pois continuam presentes nesses espaços estruturas patriarcais de poder, que submetem à mulher a papéis secundários, invisibilizados pela própria estrutura social, reduzidos ao espaço doméstico e ligados à maternidade.

⁵ Heleieth Saffioti (2004) apresenta o conceito de patriarcado como base da construção social do regime de dominação- exploração das mulheres pelos homens em um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres.



Uma das principais demandas das mulheres rurais no país foi referente à ausência de documentação para a Trabalhadora Rural, que a impossibilitava acessar as políticas de reforma agrária e agricultura familiar, uma realidade que vem sendo superada a partir do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), política importante para garantir a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres no campo.

Outra demanda importante é a geração de renda e autonomia financeira. Muitas mulheres vivem amparadas no paradigma que prioriza o homem como chefe da família, o que as submete a uma situação de dependência masculina, do marido, pai ou irmão. O trabalho rural da mulher nesse contexto é invisibilizado financeiramente, pois, para ocupar os papéis de dona de casa e de ajudantes na roça, as mulheres não recebem remuneração ou reconhecimento, já que os espaços de poder e decisão são geralmente ocupados pelos homens.

Para modificar essa realidade, as mulheres adotaram a estratégia de constituição de Associações e Empreendimentos de Economia Solidária como alternativa para complementar os poucos recursos financeiros provenientes da atividade rural. No Pontal do Paranapanema, algumas dessas associações que contribuem de maneira efetiva para a melhoria da qualidade de vida das produtoras assentadas é a Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana – SP. Essa associação foi conquistada a partir da luta das mulheres assentadas, que ocuparam um lote até que lhe concedessem o direito de uso para a produção. Essas mulheres foram lideradas na ocasião por *Dona Angela* (61 anos), uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres no território.

Outra associação de mulheres importante no território é a Associação de Mulheres Assentadas (AMAS), em Mirante do Paranapanema, cuja sede recebeu o nome de “Dona Enaide Teixeira”, outra pioneira na luta pela terra e pelos direitos das mulheres no Pontal. De acordo com um trecho do seu discurso de inauguração, escrito por *Rosa* (67 anos), Assistente Social do ITESP⁶ (Instituto de Terras do estado de São Paulo), desde o período do início da reforma agrária no Pontal, a AMAS nasceu da luta de mulheres acampadas, que lutavam por justiça social, pelo direito à terra, pelo direito à vida, pelo direito de

⁶ A Fundação ITESP é responsável pela execução da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo, com a implementação de projetos de assentamentos rurais em terras públicas paulistas e com serviços de assistência técnica e extensão rural.



morar, trabalhar e sustentar sua família. No período de sua formação, a terra na região ainda estava nas mãos dos grileiros.

A promoção da equidade de gênero e a efetivação das políticas afirmativas são alguns dos principais eixos de luta dos movimentos de mulheres nos territórios, de modo que esse debate tem permeado os espaços de representação ocupados por mulheres, que a partir de sua atuação e mobilização têm sido protagonistas no processo de (re) construção da efetiva cidadania feminina.

Governo Lula e Dilma (2003-2016) e impactos sobre a ampliação de direitos e cidadania feminina.

Nas últimas décadas, o governo federal brasileiro buscou promover o desenvolvimento nacional a partir da retomada de sua capacidade de investir e planejar o país. Parte dessa iniciativa constituiu uma agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com igualdade entre mulheres e homens, reconhecendo as distinções entre os diferentes segmentos da agricultura familiar e o papel ativo destas populações na superação dos entraves ao desenvolvimento.

Essas ações contemplam a garantia dos direitos à cidadania, acesso à terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo, além do alargamento dos direitos das mulheres rurais no cenário internacional. (BUTTO, 2014). O processo de incorporação da problemática de gênero nas agendas e políticas públicas começa pela mobilização das mulheres organizadas a partir da sociedade civil.

Nesse processo, o protagonismo da mulher se evidenciou em todas as regiões do Brasil, como parte importante na construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária. E, é com esse argumento que a Secretaria de Política para Mulheres elaborou, e o governo federal apresentou, no ano de 2005 para a sociedade brasileira, o Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM). Esse documento formaliza a inclusão da perspectiva de gênero em todas as políticas públicas existentes no país.

As políticas públicas visavam atender às demandas históricas dos movimentos de mulheres, como a ampliação do número de creches, o enfrentamento massivo à violência doméstica e de gênero, ampliação ou implantação de especialidades médicas em algumas regiões do país e tantos outros direitos essenciais das mulheres. Nesse sentido, as políticas públicas assumem papéis distintos e decisivos, sendo o principal e orientar as decisões do



governo federal com a intenção de garantir plenamente o fim das práticas históricas que permeiam o distanciamento de espaços e direitos entre homens e mulheres.

Uma das pautas de maior relevância é sobre a luta contra a violência doméstica e sexual, anteriormente tratadas como questões do espaço privado, que passam a ser publicizadas e reivindicadas como problemas sociais, tornam-se, assim, pautas de políticas específicas de prevenção e combate. As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs e outras ações e mecanismos de proteção são desdobramentos dessas ações. A luta das mulheres para terem autonomia sobre seus corpos também resultou em novos direitos instituídos socialmente: os direitos sexuais e reprodutivos.

Medidas para minimizar as desigualdades de poder entre os gêneros também foram tomadas como a aprovação da reserva de um percentual de 30% das vagas nas legendas dos partidos políticos para mulheres. As ações dos movimentos feministas foram decisivas para articular alguns avanços em prol da igualdade entre homens e mulheres, possibilitando, a partir da participação nos movimentos sociais, a atuação de protagonistas na defesa dos direitos fundamentais e também na conquista de espaços representativos da mulher na esfera pública, visando à equidade de gênero. (AVRITZER; COSTA, 2004).

A institucionalização das políticas de gênero e a proposta de transversalização do seu conteúdo em âmbito federal ocorreram a partir do ano 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM. As políticas públicas direcionadas às mulheres e outras questões de gênero não binárias, foram organizadas especialmente no período dos governos Lula e Dilma (2003-2016).

Uma das principais ferramentas utilizadas pelo governo petista para a promoção da equidade social foi o Programa Bolsa Família (PBF). Esse programa se tornou um dos mais importantes e reconhecidos programas de distribuição de renda, cuja finalidade é a diminuição das desigualdades econômicas, sociais e regionais no país. Desde a sua criação, o PBF priorizou as mulheres como responsáveis pela titularidade, recebimento e gestão financeira do benefício, o que promoveu mudanças nas relações familiares e de gênero.

Após dois mandatos de Lula, a reação do conservadorismo começou ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff, manifestada a partir da reação de deputados e senadores da bancada evangélica disputando lugares estratégicos nas comissões da



Câmara e do Senado relativas às questões de gênero e sexualidade. (VALIM; FERNANDES, 2019).

Essa articulação parlamentar, unida a uma ampla difusão midiática, aconteceu em função de assediar a gestão da presidenta Dilma. A desmoralização da presidenta foi disseminada principalmente a partir de *memes* e notícias que usavam sempre um viés pejorativo de gênero, e abriram caminho para um golpe nomeado como *impeachment*, destituindo-a do cargo em agosto de 2016 e dando início a um projeto de destituição de direitos.

Jair Bolsonaro e o desmantelamento do estado de direitos

Ao subir a rampa do Planalto Central, Jair Messias Bolsonaro imediatamente declarou guerra à “ideologia de gênero”, construída para atender a interesses políticos. Uma das primeiras ações do seu governo para a finalidade de desarticulação das políticas públicas de gênero e sexualidade, foi a criação, por meio da Medida Provisória 870/19, de uma pasta “guarda-chuva” nomeada como: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Essa nova agenda, além de singularizar os termos “mulher” e “família”, exclui os direitos LGBTQIA+ como atribuição da pasta, retrocedendo à estrutura dos governos anteriores. (VALIM; FERNANDES, 2019).

Desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro demonstrava em suas falas intolerância e incoerências contra a parcela da população brasileira que não atende aos seus interesses. Essa postura é compartilhada por uma boa parcela do seu eleitorado, que não apenas concorda com suas afirmações incoerentes, como o tem como “mito”. Esse menosprezo pela universalidade da população, nesses primeiros anos, já mostrou resultados, no que se refere ao aumento de crimes de feminicídio, contra a comunidade LGBTQIA+, indígenas, negros e outras “minorias” (o termo se refere à escala de poder e não a uma parcela menor da população).

De acordo com dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil é o quinto país do mundo com a maior taxa de feminicídio, a média é de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres (UFSM, 2021)⁷. Levando em consideração que o feminicídio sempre foi uma problemática gravíssima e mundial, não se pode deixar de registrar que a pandemia de Covid-19 acentuou o problema, já que o isolamento social, necessário para

⁷ Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/pandemia-escancara-o-femicidio-e-a-subnotificacao-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso 04 novembro 2021.



o controle da transmissão do vírus, também expõe a vítima a seu agressor por um período muito maior de tempo.

Durante o isolamento social imposto pela pandemia, em 2020, foram registrados 1.350 casos de feminicídios no país (CORREIO BRAZILIENSE)⁸. A maioria desses crimes são cometidos por cônjuges, ex-cônjuges e/ou parentes próximos das vítimas, utilizando majoritariamente armas brancas, mas também arma de fogo, cuja posse é ponto forte da política de governo de Bolsonaro.

Para as mulheres do campo, essa situação possui outros agravantes, como a dificuldade de comunicação e a distância entre as residências, que omite ainda mais a situação de violência. *Helena* (56 anos), liderança feminina a frente da AMAS no município de Mirante do Paranapanema, enfatiza esses agravantes ao relatar que nota uma piora em relação a exposição das mulheres à violência doméstica depois da eleição de Bolsonaro, já que o desmonte das políticas dificultou até mesmo o trabalho de magistrados ligados a proteção das mulheres.

Segundo ela, a pandemia chegou e piorou muito à situação porque agora a violência está “camuflada”, porque a mulher está ainda mais isolada e sem voz. “Aqui teve um caso, que a mulher foi espancada, sem família nenhuma, e acabou sendo... o marido bateu e quebrou os dedos dela [...] a gente mora longe, é isolado e ninguém escuta pedindo socorro.”

Outro retrocesso que afeta gravemente as mulheres são as “reformas” direcionadas à previdência, tendo em vista que as mulheres são as principais beneficiárias das políticas públicas do Sistema de Seguridade Social no Brasil. Desse modo, quando o governo propõe uma Reforma da Previdência com desvinculação dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e do salário mínimo, elas serão as maiores prejudicadas. (FURNO, 2019).

Bolsonaro é o “pai” da Reforma da Previdência, que postergou a data da aposentadoria de milhões de brasileiros, e no caso das mulheres, o país registrou uma queda de pelo menos 100 mil aposentadorias por tempo de contribuição após a reforma em 2019⁹. Outra entrevistada, *Rosa* (67 anos), assistente social do ITESP há décadas, teme todas essas alterações. Ela comenta que nem gosta de falar do governo Bolsonaro,

⁸ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>>. Acesso 28 de setembro de 2021.

⁹ Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/reforma-da-previdencia-ja-tirou-de-100-mil-mulheres-o-direito-a-aposentadoria/>>. Acesso 28 de setembro de 2021.



porque tudo que ele puder, vai “desmantelar”, e a previdência é uma das suas pautas de destruição.

Em artigo publicado na versão digital do jornal “El País”, sobre a campanha eleitoral de 2018, intitulado: “Contradições e bate cabeça da campanha de Bolsonaro são intencionais”, o antropólogo Piero Leiner, especialista em estratégia militar, apresenta o bolsonarismo como um fenômeno político de massa da extrema direita no Brasil contemporâneo, que opera por meio da estratégia de “dissonância cognitiva”, na qual Bolsonaro apresenta opiniões contraditórias, para, em um segundo momento, aparecer como um discurso de restauração da ordem. (LEINER, 2018).

Analisando todas essas perspectivas, a mulher é a mais prejudicada pois há uma sobrecarga de tarefas e de problemas, os quais socialmente foram atribuídos ao gênero feminino resolver como: cuidado com os doentes; *homeschooling*; exposição à violência de gênero; desemprego, fome; e ausência de políticas de proteção.

É possível enumerar outros fatores preocupantes e, para as mulheres do campo, há ainda mais agravantes. Infelizmente, o que ainda não é possível vislumbrar é uma mudança de panorama, cuja única esperança é o próximo pleito presidencial, ameaçado constantemente por uma intervenção (leia-se golpe) militar e sem nomes e projetos democráticos inovadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é uma das principais categorias de análise para a Geografia, cuja abordagem é cheia de proposições e contradições. O que se torna mais importante no decorrer de todo debate é a constante construção e utilização desse conceito, que passa a ser multidisciplinar e uma ferramenta importante para a efetivação de ações do Estado, dentro e fora das próprias definições dessa relação, que está imbricada na teoria, mas é indiscutivelmente de muita prática, diante da multidimensionalidade, fluidez e aplicabilidade do Território.

Como ferramenta de ordenamento, a grande diversidade de recortes territoriais existentes no Brasil se torna um fator complicador para o estabelecimento de uma política nacional de consolidação da territorialização das políticas públicas; no sentido de maior transversalidade, menor fragmentação, institucionalização territorial mais coerente e efetiva, e maior potencial para estimular as possibilidades do desenvolvimento territorial no país.



Assim como no espaço urbano, o espaço rural ainda é um espaço de domínio masculino e, portanto, propiciar igualdade de direitos e visibilidade nesse espaço é parte de uma luta árdua, que propõe a ruptura com uma estrutura patriarcal prevalecente. Os movimentos de mulheres e feministas têm ampliado as discussões sobre a importância da participação da mulher no espaço público e o empoderamento é o meio de legitimar a ação política na qual elas são as principais atrizes. Protagonistas na luta por fazer desmoronar os mecanismos de subalternidade feminina. Todavia, esse é um processo lento e doloroso, pois a contestação dessa ruptura que inviabiliza a presença feminina em determinados espaços pode trazer consequências, como relações de tensões na família e na comunidade.

No entanto, a presença e a atuação dessas mulheres e dos espaços e entidades que representam é fundamental para os territórios, a partir de ações que possibilitam o desenvolvimento local e a atenção às demandas do gênero. No que diz respeito a influência da atuação das mulheres nas entidades - a primeira delas é a conquista do direito a ter direitos, poder participar dos espaços, ter acesso ao espaço político, às políticas públicas, poder associar-se, sindicalizar-se, formar e trabalhar nos grupos de produção, saber dos seus direitos e denunciar abusos.

Considerando a diversidade regional, nas áreas rurais as atividades exercidas pelas mulheres são ainda mais invisibilizadas, e os registros sobre a realidade vivenciada por elas são breves ou incipientes. O que se pode afirmar é que: se existem desigualdades socioterritoriais, elas se manifestam de maneira mais contundente sobre as mulheres.

Quaisquer medidas de Planejamento Territorial devem considerar a importância da inclusão de demandas de gênero para o desenvolvimento regional e dar visibilidade à demanda e efetivação das políticas públicas que beneficiam mulheres rurais e promovam o desenvolvimento dos Territórios de Cidadania, como é o caso do Pontal do Paranapanema – SP. Ações e programas de governos voltados para questões de gênero e sexualidade devem ser parte das principais pautas dos governos, de modo que, as políticas de gestão da diversidade se tornem eixos importantes de governança.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, pp. 703 a 728.



BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008.** Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília, 25 fev. 2008.

BUTTO, Andrea. *et all.* **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania** / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs.. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

DELGADO, Nelson G.; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio P.; KATO, Karina; FARIA, Diva A. de. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ.** Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 201-204, jun. 2007.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010

LEINER, Pierro. Contradições e bate cabeça da campanha de Bolsonaro são intencionais. **El País**. Disponível em: <https://elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.htm>. Acesso em: 27 set. 2021.

MOREIRA, Ozileide M. **“Lugar de mulher é onde ela quiser” O protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia.** 2017. Dissertação de Mestrado – UEFS, Bahia, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu** (12) 1999: pp.157-163.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

VALIM, Patrícia; FERNANDES, Felipe Bruno. “Quanto mais purpurina melhor”: questões de gênero e sexualidade no Brasil do governo Bolsonaro. In: LEITE, Acácio Zuninga [*et all*]. (Org.). **Brasil: incertezas e submissão?** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 440 p.: il.; 23 cm.